8. AVALIAÇÃO AMBIENTAL

8.1. Cenários Possíveis para a Região com o Estabelecimento do Empreendimento

A análise apresentada a seguir está estruturada em função dos componentes ambientais definidos durante o estudo para os meios socioeconômico, biótico e físico, quais sejam:

- Socioeconômico: aspectos sociais (saúde, educação, serviços e outros); economia regional e patrimônio arqueológico;
- Biótico: Vegetação; Fauna Terrestre; Fauna Aquática;
- Físico: Solo; Água; Ar.

A avaliação ambiental aqui apresentada consiste em um balanço entre os aspectos positivos e negativos associados à possibilidade de implantação do empreendimento. O principal reflexo positivo para a região encontra-se nos aspectos relacionados à economia regional, uma vez que o empreendimento contribui diretamente para a geração de empregos e renda regionais, além de benefícios indiretos relacionados à geração de impostos. Porém, tais situações são provisórias, i.e., mantidas enquanto ocorrer à construção do empreendimento (salvo quanto à geração de impostos relacionadas à operação). Assim sendo, a implantação da PCH deve obedecer a um planejamento capaz de atender tanto a seus objetivos quanto gerar desenvolvimento através da capacitação da mão de obra a ser desmobilizada.

Uma vez que a área a ser abrangida pelo empreendimento não conta com comunidades estabelecidas, esta mão de obra possivelmente procurará postos de serviços nas áreas urbanas ou nas propriedades que desenvolvem atividades silviculturais na região.

Em parte, a implementação dos programas previstos neste estudo visa à manutenção de parte de frentes de trabalho, a exemplo de projetos de recuperação de áreas degradadas e de capacitação de mão-de-obra local.

Além do sistema econômico, a implementação do empreendimento deverá ter reflexos positivos ao oferecer apoio à melhoria de sistemas de saúde e segurança estabelecidos no município de Castro. Esta condição deve ser vista como prioritária e facilitadora do processo pelo empreendedor, inclusive em sua visão de responsabilidade social.

Quanto ao patrimônio arqueológico regional, o empreendimento em questão, embora gerador de impactos é também o catalisador do desenvolvimento de projetos de pesquisas sobre o mesmo. Sem o empreendimento em questão haveria pequena possibilidade de resgate da história e do patrimônio locais, ao menos em curto espaço de tempo.

No que diz respeito aos meios físicos e biológicos, as maiores preocupações quanto a modificações decorrentes de um empreendimento hidrelétrico são sempre relacionadas à formação do reservatório. As principais fontes de ameaça direta para o meio ambiente são as atividades operacionais que interferem diretamente sobre o solo/subsolo e a qualidade das águas, levando-se em consideração que tais impactos geram efeitos secundários sobre os demais componentes ambientais regionais.

Na área do empreendimento, atividades que causarão remoção do solo, como o estabelecimento de pátios de obras e rede viária, poderão causar processos erosivos em função do arraste do solo por águas correntes (chuva) e conseqüentemente maiores riscos de aumentos de turbidez e assoreamento do rio Iapó. Este efeito deverá ser atenuado através de mecanismos de conservação de solo e das florestas (nativas e de espécies exóticas) nas encostas, já que estas deverão proteger os recursos hídricos em função da cobertura e da sustentação mecânica que as raízes proporcionam aos solos. Em relação à rede viária de acesso ao empreendimento, considerada como a área a sofrer erosão, o adequado planejamento poderá minimizar os processos erosivos.

A qualidade do ar atual também deverá ser prejudicada pela implantação do empreendimento em decorrência do surgimento de novas fontes de emissão de particulados e gases, principalmente decorrentes da operação de máquinas e veículos. Esses efeitos, contudo, poderão ser prevenidos ou ao menos minimizados na medida em que forem obedecidas as medidas ora apresentadas. A própria presença da floresta e dos plantios de pinus no entorno do rio Iapó deverá servir de cortina e de filtro para os elementos que poderão causar alterações da qualidade do ar, configurando o impacto como localizado e restrito à área do canteiro de obras.

Por fim, com a implantação do empreendimento, a análise do meio biótico pressupõe a supressão da vegetação da área a ser alagada, do canal de adução, pátio de obras e acessos, com reflexos sobre a fauna local. Por estas condições deverá haver a dispersão da fauna em direção aos ecossistemas marginais, fator que deverá gerar impactos nestes pela competição por nichos e abrigos. Porém, a magnitude dos impactos sobre os ecossistemas terrestres, conforme anteriormente descritos, será em geral pequena, haja vista o que se segue:

Apesar da magnitude de parte dos impactos apresentados, a implementação das medidas e programas de controle, quando devidamente observados os critérios técnicos, tenderão a minimizar os efeitos negativos do empreendimento, levando o mesmo a inserir-se de maneira satisfatória na região. Os programas ambientais previstos para minimizar e/ou compensar os impactos do empreendimento, embora não possam revertê-los totalmente, poderão, no entanto ocasionar uma melhoria das condições de vida da comunidade local. Especial atenção deve ser dada aos programas de comunicação ambiental e de compensação a para unidade de conservação, que trarão melhorias tanto nos aspectos biológicos quanto socioeconômicos e culturais.

8.2. Cenários Possíveis para a Região sem o Estabelecimento do Empreendimento

Tal qual para o cenário possível para região com o estabelecimento da PCH, as perspectivas sem sua instalação levaram em conta elementos dos meios socioeconômico, biótico e físico.

Este cenário pode ser sub-dividido, segundo o Termo de Referência do IAP, em outros dois, quais sejam: o de imutabilidade, onde se considera que não haverá implantação de nenhum empreendimento ou atividade efetiva ou potencialmente impactante no local almejado, nas vizinhanças e/ou na mesma bacia hidrográfica, objeto da avaliação, mantendo-se as atuais condições sócio-ambientais da região e de seus habitantes; e o do homem e dos recursos naturais, no qual, mesmo não havendo a implantação do empreendimento/atividade, consideram-se outras participações do homem no processo produtivo, pressupondo poder-se contar com sua maior consciência para preservar os recursos naturais, assegurando a prosperidade da sua família e o futuro de seus descendentes. A partir disto, o cenário possível, sem a implantação do empreendimento, são os seguintes:

8.2.1. Cenário de Imutabilidade

Este cenário provavelmente consistirá na permanência, por longo tempo, das mesmas condições ambientais da região como hoje observadas. As matas da calha do rio Iapó deverão permanecer em sua maioria íntegras, haja vista o uso do solo local ser predominantemente ocupado por plantios florestais, os quais tendem a manter as APPs. Porém, algumas perturbações locais serão mantidas, especialmente no que diz respeito à supressão de alguns remanescentes para estabelecimento de pastagens e ações isoladas de caça e pesca. A instalação do empreendimento tenderá a diminuir essas interferências pela fiscalização constante das margens pelo empreendedor e pela manutenção da APP.

Sob o ponto de vista socioeconômico, como não há comunidades estabelecidas nas proximidades do empreendimento, a sua não implementação deverá culminar na manutenção dos padrões locais de uso do solo para silvicultura e, em escala reduzida, para pastagens. Ainda assim, a não implementação da PCH significará uma perda de oportunidades no que se refere a novos postos de trabalho e, também, de recebimento de impostos pelos município de Castro, recursos esses que poderão compor a receita local e ser revertidos para programas de cunho sócio-ambiental regionais.

Outro aspecto inerente à não implementação do empreendimento refere-se à não aplicação de recursos para Unidades de Conservação a título de Compensação Ambiental (conforme Lei nº 9.985, Art. 36 e Decreto nº 4.340, Art. 316). Esta situação é negativa, uma vez que tais recursos poderão, em grande parte, serem destinados à gestão e fiscalização de áreas protegidas regionais (tais como a Estação Ecológica do Rio dos Touros), em geral carentes de recursos.

Por fim, sem a implantação do empreendimento não serão executadas as atividades de pesquisa e de monitoramento da fauna, da vegetação e do patrimônio arqueológico, fatores que proporcionam aumento de conhecimento sobre tais elementos e contribuem para instrumentalizar sua gestão e proteção.

8.2.2. Cenário do Homem e dos Recursos Naturais

Este cenário é o mais provável na área objeto de estudo, e significará a ampliação do uso do solo para atividades silviculturais. Neste cenário deverão haver pressões sobre alguns dos remanescentes de vegetação nativa local, porém culminando na manutenção de APPs e reservas legais. A pecuária também deverá continuar a ocorrer, porém de maneira pouco incidente. Neste último cenário, parte das APPs deverá ser suprimida pela presença do gado ou pela necessidade de acesso deste aos recursos hídricos locais.